

# Empréstimo entre bibliotecas: uma revisão de literatura\*

Interlibrary loan: a review

BERNADETE SANTOS CAMPELLO \*\*

**Discute a evolução da prática do empréstimo entre bibliotecas até a atualidade (com ênfase na situação brasileira); analisa a influência dos catálogos coletivos, políticas e formulários próprios, bem como a atitude dos bibliotecários, e a correção das referências bibliográficas para o bom desempenho do serviço. Estuda os problemas de pagamento e os princípios que regem o empréstimo entre bibliotecas.**

## 1. A EVOLUÇÃO DO EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS

A expressão «empréstimo entre bibliotecas» é usada para designar o ato de uma biblioteca ceder indiretamente a um indivíduo, através de outra biblioteca, materiais de seu acervo. Isso pode ser feito pelo empréstimo do próprio original ou de reprodução dele.

Segundo Reynolds (30:425), o empréstimo entre bibliotecas, embora se baseie até hoje num mesmo

---

\* Baseado em dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

\*\* Professora Assistente da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

princípio (de que a biblioteca deve fornecer ao usuário, sempre que possível, o material de que ele necessita), não pode ser considerado constante e imutável: seus propósitos e objetivos, os tipos de material que poderão ser emprestados e as técnicas utilizadas nesse processo refletem a própria sociedade. Assim, segundo o autor acima citado, a característica fechada da sociedade européia e a noção medieval da comunidade erudita, onde cada membro sentia uma certa obrigação em tornar seu trabalho ou outros de que tivesse conhecimento, acessíveis a seus colegas, refletiam-se na prática do empréstimo entre bibliotecas. E os bibliotecários norte-americanos, percebendo a utilidade desse serviço «traduziram para o idioma americano a prática européia do empréstimo entre bibliotecas restrito». Em consequência, os primeiros códigos norte-americanos de empréstimo entre bibliotecas incluíam vários itens restritivos, tais como: o empréstimo entre bibliotecas deveria ser usado no caso de atividades de pesquisa, quando se necessitasse do material não usual, preservando-se os direitos da clientela principal da biblioteca. (15)

Entretanto, o empréstimo entre bibliotecas, como praticado no final do século passado e no início deste, não parece se adaptar aos novos tempos e, segundo Reynolds (29:1694), não poderia ser um serviço ocasional e para poucos leitores privilegiados, mas deveria estar totalmente integrado como uma função regular da biblioteca. Analisando a situação do empréstimo entre bibliotecas australianas, Foote (11:33) considerou que as atitudes e os procedimentos baseados na cooperação voluntária e na boa vontade, que foram adequados nas décadas de 30 e 40, não se mostraram apropriados nas décadas de 60 e 70, e serão um desastre se continuarem a ser utilizados na de 80. King (17:210) considerou que a expressão «interlibrary loan» poderia brevemente vir a

ser um termo histórico, usado para descrever a troca de informações entre bibliotecas, antes de 1965. A rede internacional de troca de informações, pela qual se batiam bibliotecários e cientistas da informação, teria os mesmos objetivos do empréstimo entre bibliotecas. A chave para se obter isto estaria no «desenvolvimento da vontade de expandir o objetivo historicamente restrito do empréstimo entre bibliotecas, para aquele de se obter qualquer material, para qualquer pessoa de qualquer lugar, a qualquer tempo». Foote (11:41) mostrou a necessidade de mudança do esquema tradicional de empréstimo de material «não usual», conforme ditava o código australiano de empréstimo entre bibliotecas, publicado em 1954, baseado na cooperação voluntária, para o que ele chamou de «document supply» ou seja, o fornecimento de material «usual», em larga escala, em bases formais.

A «informalidade» do empréstimo entre bibliotecas é, portanto, criticada como sendo um dos entraves ao seu pleno desenvolvimento e o estabelecimento de esquemas formais para o serviço é um ponto que tem merecido grande atenção dos bibliotecários.

Segundo Line (20:42), poucos países têm hoje um empréstimo entre bibliotecas organizado de tal maneira que possa ser chamado de sistema. A verdade é que as práticas e procedimentos foram surgindo à medida em que a necessidade do empréstimo entre bibliotecas aumentou. Não existem, segundo o mencionado autor, sistemas coerentes, planejados com esse fim específico, para atender às necessidades presentes e futuras, tão efetiva e economicamente quanto possível. Nesse trabalho, sobre sistemas nacionais de empréstimo entre bibliotecas, Line identificou 4 modelos básicos. O modelo A era de concentração em uma única biblioteca, cujo exemplo mais próximo é o da Grã-Bretanha. Ali o empréstimo entre

bibliotecas é centralizado em uma biblioteca, a British Library Lending Division, que atende a cerca de 78% de toda a demanda de empréstimo entre bibliotecas do país. Esse arranjo soluciona, segundo Foote (11:39), o problema de saber a qual biblioteca encaminhar o pedido, evita o problema de dupla função, ou seja a preocupação que as bibliotecas têm em atender prioritariamente à sua própria clientela, o que normalmente interfere no empréstimo entre bibliotecas e, finalmente, resolve o problema de custos através de um sistema de cobrança de serviços.

O modelo B é de concentração em poucas bibliotecas, ideal para pequenos países e utilizado, por exemplo, na Dinamarca.

O modelo C, de descentralização planejada, usado na República Federal da Alemanha, é vantajoso porque os pedidos podem ser feitos diretamente às bibliotecas que possuem o material, os custos adicionais não são altos e os recursos bibliográficos existentes podem servir aos usuários no local e a nível nacional.

O modelo D é a descentralização não planejada, que ocorre na maioria dos países, no qual as bibliotecas funcionam sem qualquer ligação formal e seus recursos são divulgados por meio de catálogos coletivos. Os E.U.A. são exemplo desse modelo, onde o empréstimo entre bibliotecas a nível nacional não possui uma estrutura formal, funciona em bases voluntárias e essencialmente livres, sem nenhuma coordenação central. O maior problema é o grande volume de pedidos que sobrecarrega as grandes bibliotecas e que se constitui em uma preocupação para os planejadores. Esse problema foi objeto de uma das pesquisas mais extensas feitas no país: o estudo da Association of Research Libraries, 1972, (27) sobre empréstimo entre bibliotecas universitárias americanas.

Apesar de tudo o empréstimo entre bibliotecas realizado de maneira informal e baseado no conhecimento pessoal e na cortesia, ainda é uma prática muito utilizada e parece que, em muitos casos, continuará sendo, independente do estabelecimento de esquemas formais.

## 2. O EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS NO BRASIL

Embora a literatura sobre empréstimo entre bibliotecas no Brasil seja escassa e de difícil acesso, permite traçar sucintamente uma linha de desenvolvimento que vai desde a preocupação com o estabelecimento de códigos e regulamentos a nível nacional, a partir da década de 50, até a organização de esquemas cooperativos, envolvendo bibliotecas de áreas de assuntos afins ou de sistemas já existentes, como as universidades, esquemas esses iniciados a partir da década de 70.

Em 1953, Myriam G. de Martins (22) sugeria a participação de bibliotecas públicas e especializadas no estabelecimento de serviços cooperativos e que «os bibliotecários, as associações ou órgãos oficiais de cada cidade se empenhassem em conseguir uma legislação que assegurasse definitivamente a liberdade de circulação de informação dentro e fora do País, na base do empréstimo interbibliotecário».

No 1º Congresso de Biblioteconomia (Recife, 1954), Maria Luiza M. da Cunha (7:17) concluía que «o empréstimo interbibliotecário é eventual e empírico não tendo sido até agora objeto de entendimentos nem mesmo entre bibliotecas da mesma universidade».

Sully Brodbeck (4:7) considerava o empréstimo entre bibliotecas como uma conseqüência lógica da aquisição coordenada entre bibliotecas especializadas e sugeria a elaboração de um código e a organização do empréstimo por regiões, devido à grande extensão territorial do país.

Em 1957 surgiu a primeira tentativa de regulamentação do empréstimo entre bibliotecas no Brasil. Em artigo publicado no **IBBD Boletim Informativo**, Odete de O. Pena (28) fazia inicialmente um perfil do empréstimo entre bibliotecas e chegava às mesmas conclusões anteriores: «não existe no Brasil um serviço de empréstimo entre bibliotecas racionalmente estabelecido, nem leis que o regulamentem e facilitem essa importante atividade de biblioteconomia moderna...» A autora constatava que havia uma atitude favorável, por parte dos bibliotecários, com relação à prática do empréstimo entre bibliotecas.

Nas «Bases para um ante-projeto de código de empréstimo entre bibliotecas» (28:301) a autora considerava o empréstimo entre bibliotecas como uma cortesia e não um direito.

Em 1962, Alice C. Guarnieri e Maria Antonieta Ferraz (13) publicaram o «Anteprojeto de código brasileiro de empréstimo entre bibliotecas» da Associação Paulista de Bibliotecários, apontando o IBBB, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, como órgão coordenador nacional.

Em 1967, no V Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, foi apresentado o trabalho «Empréstimo entre bibliotecas e código para as bibliotecas bio-médicas do Estado de São Paulo». (10) A autora, Guiomar P. da Fonseca, analisava a situação do empréstimo entre bibliotecas no Brasil e concluía que em matéria de regulamentação nada de prático fora feito. Mostrava que, apesar disso, o empréstimo entre bibliotecas vinha sendo realizado, ainda que «a título de amizade e cortesia», e que o empréstimo entre bibliotecas de um mesmo sistema ou de uma mesma especialização vinha crescendo de ano para ano. Aliás, uma das recomendações do trabalho era justamente que essas bibliotecas estabelesem seus regulamentos e centros coordena-

nadores, e que os empréstimos fossem feitos diretamente de biblioteca a biblioteca, reservando-se a atuação do centro para casos que exigissem sua intervenção. Havia, ainda, preocupação com a regulamentação a nível nacional, já que uma das proposições do trabalho era o estabelecimento, em caráter de urgência, de um código nacional de empréstimo entre bibliotecas e a indicação de um órgão coordenador em âmbito nacional e internacional.

A partir de então, tentativas de regulamentação a nível nacional não mais apareceram na literatura sobre o assunto e iniciou-se o estabelecimento de redes e sistemas especializados, bem como a formação dos «grupos de trabalho» filiados às associações de bibliotecários e que congregavam profissionais de áreas afins com o objetivo de desenvolver atividades cooperativas.

Na segunda metade da década de 70, um novo termo se incorporava ao vocabulário biblioteconômico brasileiro: «comutação bibliográfica», expressão que se originou da criação do Serviço de Comutação Bibliográfica da EMBRAPA (24), e que designa basicamente o ato de uma biblioteca obter material de outra biblioteca por meio de reprodução fotográfica.<sup>1</sup>

A idéia do aproveitamento integral das coleções está por trás da filosofia da comutação, como mostrou Ubalдино Machado em trabalho sobre o sistema de comutação da EMPRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, citado por Milton Nocetti. (26:134)

Segundo esse autor, «ainda que com certas reticências nos setores mais conservadores, o termo foi rapidamente institucionalizado na literatura profissional, onde

---

1. É necessário notar que não existe em inglês um termo específico para designar a «comutação bibliográfica». O termo «interlibrary loan» é usado para designar o empréstimo tanto do original como aquele feito através de cópia. Nos diversos trabalhos consultados, os dois aspectos são considerados sempre em conjunto, como um único tema.

se registrou em união a conceitos como «bibliográfica», «hemerográfica» e «documentária».

Antônio Miranda, o criador do termo, define a «comutação hemerográfica como a sistemática operacional mediante a qual, por procedimentos reprográficos de qualquer índole... os usuários de uma biblioteca, centro de documentação ou banco de dados, têm acesso ao acervo de outra instituição similar participante de uma mesma rede. Este processo interbibliotecário é regido por normas específicas de prestações de serviços, de forma regular e responsável». (24)

A existência de um vínculo «natural» entre as unidades de informação participantes de um sistema de comutação bibliográfica foi considerada conveniente por Milton Nocetti. (26:135) Segundo este autor, os sistemas de comutação estão baseados principalmente na forma dos vínculos entre as unidades participantes e «a única solução viável na definição de interconexões dessa natureza é de caráter jurídico, isto é, convênios a serem assinados pelas partes interessadas. Obviamente, se existe uma força de hierarquia entre as unidades que integrarão o sistema de comutação bibliográfica, não será necessário um convênio especial».

Em 1980, através da Portaria 456 de 5/8/80 do Ministério da Educação e Cultura, foi instituído o COMUT — Programa de Comutação Bibliográfica, vinculado à CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, reunindo como integrantes as bibliotecas e centros de documentação ligados ao MEC — Ministério da Educação e Cultura. O COMUT se estrutura na forma de uma rede de bibliotecas, considerada como um sistema, com bases de reciprocidade legal.

As bibliotecas-base constituem os elementos de sustentação da rede: são elas as instituições com acervo



mais adequado para o atendimento de demandas em uma ou mais áreas de assunto e com infra-estrutura de instalações, equipamentos reprográficos e pessoal.

As coleções das bibliotecas-base são divulgadas através de uma versão resumida do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos — IBICT, em microfichas e o pagamento do serviço é feito por meio de cupons pré-pagos, na forma de selos, correspondentes a uma ou mais páginas fotocopiadas.

O COMUT desvincula o fornecimento de material bibliográfico de suas características tradicionais de cortesia e favor, transformando-a em uma atividade que remunera a biblioteca fornecedora pelos gastos com o serviço.

### 3. RACIONALIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS

Catálogos coletivos, políticas (explícitas em manuais, códigos e regulamentos) e formulários próprios constituem itens da infra-estrutura de qualquer esquema de empréstimo entre bibliotecas.

#### 3.1. Catálogos Coletivos

Os primeiros trabalhos sobre o assunto no Brasil (4, 13, 28) já mostravam a necessidade da utilização de catálogos coletivos para a localização prévia do material a ser solicitado. Leila Maria Z. Mercadante e Tereza da S. F. Oliveira (23:274) consideram que «apesar das críticas feitas aos catálogos coletivos são ainda eles os instrumentos essenciais para descrição e localização de coleções, sejam elas dentro de um país de uma rede ou sistema especializado».

No estudo de Thomson (35:60), sobre o empréstimo entre bibliotecas universitárias americanas, os catálogos coletivos provaram ser instrumentos eficientes para o desempenho do empréstimo entre bibliotecas: o índice de sucesso dos pedidos localizados através de catálogos coletivos foi significativamente mais alto do que o de pedidos que não utilizaram esses instrumentos.

Apesar disso, o mesmo estudo encontrou uma alta porcentagem de bibliotecários que concordaram com a afirmação de que «muitas bibliotecas aparentemente fazem pouco esforço para se certificarem da existência do material antes de enviar o pedido».

Em estudo feito em bibliotecas israelenses, Koren (19:122) constatou que a falta de instrumentos de localização não apenas diminui a eficiência do serviço, como também o seu uso: a dificuldade na localização do material desejado tende a desencorajar os pedidos de empréstimo entre bibliotecas.

No Brasil, de acordo com os poucos estudos feitos, a situação dos catálogos coletivos não é animadora.

Através de questionário enviado a 150 bibliotecas universitárias (68 respostas) Leila Maria Z. Mercadante e Tereza da S. F. Oliveira (23:274), constataram que apenas 48% têm seu acervo inserido no Catálogo Coletivo Nacional ou em catálogos coletivos regionais.

Analisando o trabalho da BINAGRI — Biblioteca Nacional de Agricultura,<sup>2</sup> Yone Chastinet e Ana Flávia da Fonseca (5:454) identificaram vários problemas que afetavam o processo de busca e fornecimento de cópias de documentos primários, sendo o primeiro deles «a ausência de instrumentos atualizados que permitam a rápida localização do documento solicitado...».

---

2. A partir de 1983 a denominação da BINAGRI passou a ser CENAGRI — Centro de Informação Documental Agrícola.

### 3.2. Políticas de empréstimo entre bibliotecas

Há poucas referências sobre políticas de empréstimo entre bibliotecas na literatura sobre o assunto.

A utilização do código norte-americano de empréstimo entre bibliotecas pelas bibliotecas do país foi objeto de avaliação antes da publicação do código de 1959, que concluiu que apenas 20% das bibliotecas pesquisadas utilizavam na íntegra o código de 1940. (17:199)

Em seu «Library policies: analysis, formulation and use in academic institutions», Webster (36:1) observou que «em muitos casos, políticas... não são reconhecidas como instrumentos decisivos de administração. Geralmente as bibliotecas não as desenvolvem nem as utilizam como um empreendimento consciente para dirigir ou aperfeiçoar, a longo prazo, as operações da biblioteca, os programas de serviços e os recursos».

Em estudo feito em bibliotecas universitárias e de pesquisa de Israel, Koren (19:118) constatou que 40% não possuíam qualquer política explícita de empréstimo entre bibliotecas. Mais da metade das bibliotecas pesquisadas tinha políticas, mas não escritas e apenas uma tinha um código de empréstimo entre bibliotecas.

Thomson (35:28) concluiu que a divulgação das políticas de empréstimo entre bibliotecas das grandes bibliotecas universitárias americanas (no que diz respeito ao tipo de material que poderia ser emprestado) reduziria consideravelmente os pedidos desnecessários.

O estabelecimento de procedimentos claros e de políticas explícitas de empréstimo foi considerado por Kenney (15:124), como o fator mais importante para o sucesso de uma rede ou de um sistema de empréstimo entre bibliotecas.

No Brasil, os códigos de empréstimo entre bibliotecas a nível nacional, que visavam a qualquer tipo de biblioteca (13,28) não tiveram maior receptividade, embora a regulamentação do processo fosse considerada como uma das condições para sua implantação, por Odete de O. Pena, autora da primeira tentativa de regulamentação, em 1957. (28:300)

Lélia G. C. da Cunha, citada por Guiomar P. da Fonseca (10:8), recomendava em seu trabalho «Empréstimo entre bibliotecas», apresentado no Seminário de Bibliotecas Médicas (Rio de Janeiro, 1962) que «à Associação Brasileira de Bibliotecários seja solicitada urgência na preparação do código de normas brasileiras para empréstimo entre bibliotecas». As dificuldades na implantação do código nacional entretanto, não impediram que o empréstimo entre bibliotecas se desenvolvesse no Brasil, de acordo com Guiomar P. da Fonseca (10:9) que, em 1967, declarava que essa forma de complementação de acervos vinha sendo utilizada por inúmeras bibliotecas brasileiras.

### 3.3. Formulários próprios

A utilização de formulários próprios para o empréstimo entre bibliotecas, que simplificam procedimentos e dispensam correspondência adicional, garantindo ao mesmo tempo o controle e o registro das transações, foi recomendada nos diversos códigos de empréstimo entre bibliotecas. (10:13, 13:37, 25)

Analisando os vinte e um princípios básicos de um sistema nacional de empréstimo entre bibliotecas, Line e Vickers (21:52) sugeriram que o uso de formulários padronizados poderia proporcionar grande economia de tempo na formulação e no atendimento das transações.

Segundo o autor, esses formulários poderiam ser produzidos a baixo custo por um órgão centralizador.

Borm (3:87), estudando o empréstimo entre bibliotecas belgas de pesquisa, considerou a variedade de formulários utilizados nas requisições como um dos pontos negativos do sistema de empréstimo entre bibliotecas daquele país.

Yone Chastinet e Ana Flávia M. Fonseca (5:456) também constataram que a diversidade de formulários dificultava a operação do serviço, no caso do serviço de fornecimento de cópias da BINAGRI — Biblioteca Nacional de Agricultura.

Do ponto de vista das pequenas bibliotecas, o uso de formulários, em alguns casos, foi considerado supérfluo: ao analisar as dificuldades enfrentadas por uma pequena biblioteca especializada, no que diz respeito ao empréstimo entre bibliotecas, Durkin (8:521) mostrou que, no caso específico de uma pequena biblioteca especializada australiana, quando na grande maioria das vezes o pedido é feito informalmente por telefone e o material é recolhido pessoalmente por funcionários da própria biblioteca, o uso de formulários só serviria como um guia para se decidir que itens deveriam ser adquiridos pela biblioteca, ao invés de serem novamente solicitados.

#### 4. INTERESSE E COOPERAÇÃO DOS BIBLIOTECARIOS

O aspecto da atitude do bibliotecário com relação à cooperação e ao empréstimo entre bibliotecas não sido objeto de estudos mais profundos, embora muitos autores o considerem de grande importância.

Nos anais da «Conference on Resource Sharing in Libraries», de 1976, (16) o tema é mencionado superficialmente em três capítulos. Axford (16:162) considera

que os verdadeiros obstáculos a uma efetiva cooperação não são problemas técnicos, mas sim as atitudes profundamente arraigadas dos próprios bibliotecários. Para Swartz (16:122), a cooperação bibliotecária exige uma mudança radical de atitudes por parte dos bibliotecários. As atitudes que impedem que algumas bibliotecas interajam com outras devem ser objeto de estudo e análise. Segundo Shearouse, (16:110) o principal problema em relação à cooperação é ainda o de atitudes dos bibliotecários e funcionários da biblioteca que, muitas vezes, se utilizam de restrições legais para dificultar o empréstimo do material para usuários externos.

No seu estudo sobre empréstimo entre bibliotecas universitárias estaduais de Ohio (E.U.A.), Schmidt e Shaffer (32:198) levantaram a hipótese de que o fator dominante no uso do serviço de empréstimo entre bibliotecas centralizado era a orientação relativa ao serviço dada pelo diretor e pelos funcionários de cada biblioteca participante. Segundo o autor, se isso pudesse ser medido, seria possível verificar-se a validade da hipótese.

Mostrando a necessidade de um sistema eficiente de empréstimo entre bibliotecas na Bélgica, Borm (3:88) considerava que a sua implantação deveria ser combinada com a disposição, por parte das bibliotecas, de cooperarem mutuamente. Já Foote, (11:34) descrevendo a atual situação do empréstimo entre bibliotecas na Austrália, observou que a ineficiência do atual sistema se devia muito mais ao seu caráter informal e sem nenhuma estruturação, do que à falta de boa vontade dos bibliotecários. Segundo o autor, apesar da disposição de cooperar, por parte dos bibliotecários australianos, todo o trabalho que exigia cooperação era feito apenas com base nessa boa vontade e isso não era suficiente.

Já em 1954, Maria Luiza M. da Cunha (7:8) declarava que os profissionais bibliotecários estavam «côncios da necessidade de perfeito intercâmbio bibliográfico entre sua biblioteca e entidades congêneres do país ou do exterior. Todavia, é ainda tão arraigado o isolamento de nossas instituições que nem todo bibliotecário universitário põe em prática a teoria da colaboração de que estão imbuídos».

Na «Proposta de organização do empréstimo entre bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais»,<sup>3</sup> entre as condições consideradas necessárias para a implantação do serviço, estavam o apoio e a participação dos bibliotecários: «a eficácia do período de transição da biblioteca isolada para um sistema com maior grau de unificação depende, fundamentalmente, da aceitação e conscientização, pelos bibliotecários, da nova realidade».

Analisando os problemas da comutação bibliográfica em bibliotecas universitárias brasileiras, Leila Maria Z. Mercadante e Tereza da S. F. Oliveira (23:283) concluíram que «as barreiras para transações diretas em bibliotecas universitárias são geradas por condicionamento e porque não dizer desinteresse ou indiferença dos próprios bibliotecários».

## 5. PAGAMENTO DO SERVIÇO

Na análise da literatura sobre empréstimo entre bibliotecas, no que diz respeito ao pagamento do serviço, podem-se observar duas linhas de pensamento. De um lado, estão aqueles que, como Koefoed (18:62) consideram a cobrança desaconselhável. Segundo esse autor,

---

3. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Central. Empréstimo entre-bibliotecas. In: SEMANA DE ESTUDOS SOBRE A BIBLIOTECA UNIVERSITARIA DA UFMG, 1, Belo Horizonte, 1975. Trabalhos apresentados... Belo Horizonte, 1975. 7 p. (Datilografado).

se o empréstimo entre bibliotecas baseia-se no princípio do acesso e na liberdade da informação, deveria ser fornecido gratuitamente, pois, caso contrário, a longo prazo corria-se o risco de transformar a informação em um monopólio, acessível apenas aos que pudessem pagar por ela. De outro lado, está a maioria aqueles que, por motivos práticos, consideram a cobrança necessária.

Analizando, em 1960, o futuro do empréstimo entre bibliotecas, Schwegmann (34:216) já destacava o problema dos recursos necessários para o funcionamento do serviço. Considerando que o empréstimo entre bibliotecas já se transformara de um serviço esporádico em uma função normal da biblioteca e que havia uma preocupação de que os recursos bibliográficos existentes no país deveriam estar disponíveis para aqueles que deles necessitassem, o autor discutia que isso exigiria recursos e que, portanto, alguma forma de pagamento deveria ser considerada.

Kaser (14:390) mostrou que as bases em que o empréstimo entre bibliotecas era feito modificaram-se totalmente nos últimos tempos: antes, esse serviço não implicava grandes gastos para as bibliotecas fornecedoras; hoje, quando as despesas com pessoal são maiores que as com aquisição de material bibliográfico, o custo do empréstimo entre bibliotecas é alto. Além disso, o aumento do volume de pesquisas, feitas não somente em instituições com suporte bibliográfico adequado, forçou o aumento do empréstimo entre bibliotecas sobrecarregando as grandes bibliotecas de pesquisas.

Entretanto, segundo o autor, a comunidade bibliotecária não reconheceu essas mudanças. Em primeiro lugar, por que o bibliotecário considera que é seu dever não permitir que um usuário fique sem a informação que deseja; em segundo, porque, sendo mantidas por fundos públicos, algumas grandes bibliotecas sentem-se na obri-



gação de fornecer a informação para qualquer usuário. Em última análise, a magnitude dos custos do empréstimo entre bibliotecas raramente foi reconhecida pelos próprios bibliotecários.

Foote (11:33) também justificou a necessidade de pagamento do serviço de empréstimo entre bibliotecas na Austrália, analisando a transformação deste, de um serviço informal e em pequena escala, para um processo formal de fornecimento de material em grande escala. Como a demanda tende a aumentar, as grandes bibliotecas fornecedoras necessitariam de uma compensação financeira que poderia se dar através da instituição de taxas para o serviço.

Line e Vickers (21:52), descrevendo os pontos a serem observados no planejamento de serviços de empréstimo entre bibliotecas a nível nacional, consideravam que o pagamento era necessário para assegurar um serviço eficiente, pois, caso contrário, as bibliotecas fornecedoras não teriam condições de oferecê-lo ou seriam obrigadas a impor limitações nesse serviço.

Segundo Gore (12:1377), que defende a idéia da cobrança, o empréstimo entre bibliotecas seria a melhor solução para o problema de volume de material publicado, e as bibliotecas não precisariam se preocupar em crescer tanto se tivessem acesso ao acervo de outras bibliotecas. E o custo das transações estaria ainda muito abaixo do de se adquirir e manter uma coleção muito extensa.

No Canadá, a decisão de se cobrar pelo serviço de empréstimo entre bibliotecas, tomada por três grandes bibliotecas universitárias impossibilitadas de atender gratuitamente ao grande volume de pedidos (2:1597) levou a discussões que concluíram que estava havendo abuso no uso do empréstimo entre bibliotecas; este estava se transformando em suporte para coleções fracas

e mal formadas. Havia necessidade de se reestudar o código de empréstimo entre bibliotecas, policiá-lo e restringi-lo; de se melhorarem os meios de controle bibliográfico, principalmente catálogos coletivos; de se devolverem pedidos com citações bibliográficas inadequadas e, finalmente, de se solicitar algum tipo de suporte financeiro por parte do governo para cobrir os custos dos empréstimos.

Não há, na literatura brasileira sobre empréstimo entre bibliotecas, análises sobre cobrança do serviço, embora já em 1957 Odete O. Pena (28:302), nas «Bases para um anteprojetado de empréstimo entre bibliotecas», prevesse o pagamento dos custos (transporte de ida e volta, seguro, taxa de serviço) pela biblioteca solicitante, sugerindo inclusive, que esse gasto fosse repassado para o usuário para quem o material tinha sido solicitado.

No «Ante-projeto de código brasileiro de empréstimo entre bibliotecas», Alice C. Guarnieri e Maria Antonieta Ferraz (13:37) sugeriam o sistema de reciprocidade no pagamento do transporte do material: a biblioteca fornecedora pagaria a remessa e a solicitante a devolução, sendo o pagamento do serviço propriamente dito feito por meio de selos.

Guiomar P. da Fonseca, no «Código para empréstimo entre bibliotecas bio-médicas do Estado de São Paulo (10:14), sugeriu que as bibliotecas solicitantes arcassem com as despesas, podendo essas serem repassadas ao usuário. O Centro Coordenador teria a função de «informar sobre o critério de reembolso de despesas e quais as tabelas em vigor».

Em estudo sobre a comutação bibliográfica, Antonio Miranda e Maria Carmem R. de Carvalho (24) sugeriam a criação de um Banco de Comutação Bibliográfica, que entre outras funções, teria a de «servir como um 'Swi-

tchingcenter' nas operações de compensações financeiras entre as instituições participantes». No caso específico do COMUT os usuários utilizam cupons pré-pagos.

Leila Maria Z. Mercadante e Tereza da S. F. Oliveira (23:281), analisando respostas dadas por 68 bibliotecas universitárias brasileiras a um questionário sobre condições para comutação bibliográfica, concluíram que há uma disparidade tanto no que diz respeito ao preço da cópia, quanto à maneira de se processar o pagamento. As autoras observaram que o preço da cópia, em certas instituições, é mais caro para usuários de fora: «nota-se intenção lucrativa quanto ao fornecimento de artigos científicos para usuários de outras universidades». As autoras mostraram que o preço pago pelo usuário externo era três vezes maior do que aquele cobrado ao usuário da instituição. Sugeriram a eliminação da taxa de serviço e o barateamento do preço da cópia. Sugeriram que caberia ao bibliotecário conscientizar a administração superior da instituição da necessidade de se baixar o preço do serviço. Segundo as autoras, «o fator decisivo para baratear os custos é compartilhar dos bens bibliográficos, através do estabelecimento de convênios e/ou acordos».

## 6. CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

O problema das citações bibliográficas incompletas nas requisições de empréstimo entre bibliotecas tem sido objeto de estudos a partir do momento em que surgiram como um dos principais empecilhos ao atendimento eficiente das transações.

Thomson (35:34) estudou esse problema em bibliotecas universitárias americanas e concluiu que a porcentagem de pedidos atendidos é maior quando as citações são completas, do que quando não são. Verificou, além disso, que 32% das citações nas requisições estudadas

não estavam de acordo com as normas mínimas sugeridas pelo código americano de empréstimo entre bibliotecas (versão 1952), embora ele fosse considerado bastante liberal no que diz respeito às exigências de citação bibliográfica. Ressalte-se o fato de que a maioria dos bibliotecários de grandes bibliotecas fornecedoras concordasse com a afirmativa de que «é responsabilidade da biblioteca solicitante fornecer citações bibliográficas completas nas requisições de empréstimo entre bibliotecas». Outros fatos observados no mesmo estudo foram que a proporção de citações incompletas diminui à medida em que aumenta o tamanho da biblioteca solicitante; e que as bibliotecas especializadas são as que mais faziam requisições com citações bibliográficas incompletas. Esse último fato é reiterado em um artigo de Sass (31:154), confirmando a tendência das pequenas bibliotecas especializadas a enviarem muitas de suas requisições sem citações completas.

Schwegmann (34:218) também constatou um alto número de citações incompletas no decorrer de seu trabalho na «Union Catalog Division» da Biblioteca do Congresso (E.U.A.), fato esse explicado pelo autor por não possuírem, muitas das bibliotecas solicitantes, instrumentos de verificação adequados.

Uma pesquisa feita para medir a eficiência do sistema centralizado de empréstimo entre bibliotecas universitárias estaduais de Ohio (E.U.A.) (32:202) concluiu que havia uma correlação direta entre o grau de correção das citações e o tempo de atendimento do pedido. Embora o serviço não exigisse dos solicitantes um grande detalhamento nas citações, observou-se que os pedidos com citações bibliográficas corretas e completas, que não necessitavam de verificação pelo serviço, eram atendidos em cerca de quatro dias e os outros em cerca de onze dias.

Analisando o serviço de comutação na UFRGS — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Heloísa B.

Schreiner e outros (33:68) verificaram que uma das causas principais do não fornecimento do documento eram «as falhas nos dados bibliográficos, indicando necessidade de fortalecimento dos serviços de referência das bibliotecas setoriais e treinamento dos usuários do serviço de comutação».

## 7. OS PRINCÍPIOS DO EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS

Em vários trabalhos sobre empréstimo entre bibliotecas pode-se notar uma preocupação clara em colocá-lo como serviço dependente da cortesia ou favor da biblioteca fornecedora, ou seja, a biblioteca que solicitasse material através do empréstimo entre bibliotecas estaria sempre na posição de obter um favor e, conseqüentemente, sujeita a tudo o que isso implicasse, como, por exemplo, a boa vontade, simpatia ou amizade da biblioteca fornecedora.

Analisando a situação caótica do empréstimo entre bibliotecas na Austrália, Foote (11:34) descreveu o sistema daquele país como «um arranjo puramente voluntário, dependendo da boa vontade e prioridades do chefe em muitas bibliotecas», o que, na opinião do autor, era uma das causas daquela situação.

Os esforços feitos para o aprimoramento do empréstimo entre bibliotecas procuram desvinculá-lo dessa posição, tornando sua prática baseada em princípios mais objetivos.

Em alguns países democráticos, onde a biblioteca já tem seu papel claramente definido e a importância das atividades bibliotecárias e da informação já foi reconhecida, o empréstimo entre bibliotecas surge como um direito do cidadão. Na Dinamarca, por exemplo (18:57), o Library Act de 1931, implementado por uma Ordem

do Ministério da Educação do país, declara que «as bibliotecas têm obrigação de procurar obter, através das bibliotecas estaduais (**County libraries**) qualquer livro que seja solicitado pelos usuários e que a biblioteca não possua». Essas bibliotecas, por sua vez, têm como obrigação localizar e obter o material caso ele não faça parte do seu acervo.

Na Rússia (1:54), o empréstimo entre bibliotecas funciona também em bases hierárquicas e é regulamentado para assegurar o uso mais racional das coleções. Nenhuma biblioteca pode se recusar a emprestar qualquer material do seu acervo, exceto livros particularmente raros e valiosos.

Nos E.U.A., o empréstimo entre bibliotecas é definido pela ALA — American Library Association (25) como uma cortesia mas, ao mesmo tempo, é reconhecido como «um elemento importante no fornecimento de serviços bibliotecários e que é do interesse público estimular tal intercâmbio». Nesse país, o problema do volume de pedidos de empréstimos, concentrado em grandes bibliotecas universitárias, tem sido analisado exaustivamente. Kaser (14:399), verificou que algumas dessas bibliotecas, mantidas por recursos públicos, assumiram o empréstimo entre bibliotecas como uma obrigação, em razão dos recursos recebidos.

Schwegmann (34:218) mostrou que a situação das bibliotecas universitárias era diferente da das bibliotecas públicas: «enquanto os bibliotecários de bibliotecas públicas têm a filosofia de servir a todos, os bibliotecários de bibliotecas universitárias devem organizar seus serviços com prioridade para os usuários imediatos, ou seja, professores e alunos da universidade. As pressões conflitantes das necessidades e demandas entre usuários imediatos e os de fora estão forçando as bibliotecas universitárias a um impasse do qual só sairão se estabe-

lecerem medidas restritivas, tais como cobrança do serviço...»

No Brasil, a filosofia da livre acessibilidade da informação para todos está presente, explícita ou implicitamente, em vários trabalhos sobre empréstimo entre bibliotecas.

Segundo Odete O. Pena (28:300), a implantação do serviço de empréstimo entre bibliotecas dependeria da «acessibilidade do acervo bibliográfico de uma cidade ou região, que deve estar à disposição de todos os estudiosos... O acervo bibliográfico existente nas bibliotecas do país deve ser patrimônio público e não privado».

O conceito do NATIS está baseado nesse princípio que, segundo Lélia Galvão C. da Cunha (6:39) «implica o propósito de cada administração central (nacional ou estadual) tornar disponível, ao máximo, toda informação pertinente existente em sua área...» A citada autora conclui dizendo que «a informação científica e tecnológica é propriedade de todos e a participação nos lucros desse capital coletivo é o objetivo extremo da transferência do conhecimento».

A verdade é que o próprio conceito de cooperação bibliotecária está baseado no princípio da livre acessibilidade da informação.

## 8. CONCLUSÃO

A necessidade do empréstimo entre bibliotecas, seja qual for a sua denominação e os esquemas em que se desenvolvem (formais ou informais), é inegável. A grande quantidade de material bibliográfico publicado e os orçamentos quase sempre irrisórios das bibliotecas brasileiras obrigam que os bibliotecários complementem seus acervos através da utilização de coleções de outras bibliotecas.

O estabelecimento da infra-estrutura para o desempenho satisfatório desse serviço pode parecer de grande complexidade para os bibliotecários. Na verdade, a troca de informação entre bibliotecas se baseia inicialmente na compreensão clara do valor da informação contida na sua biblioteca e na análise cuidadosa dos benefícios que essa atividade trará para seus usuários.

Os objetivos de cada biblioteca vão exigir dos bibliotecários o exame de diferentes aspectos do assunto, que vão desde a preocupação em não prejudicar o usuário direto, com o empréstimo (para leitores de fora) de material que ele pode necessitar; até a reflexão do papel social da biblioteca, nos casos em que esta seja mantida por fundos públicos, passando pelo problema de empréstimo de material confidencial, que geralmente ocorre em bibliotecas especializadas.

A partir dessa análise é que cada biblioteca definirá até que ponto se engajará na atividade de empréstimo entre bibliotecas (ou de cooperação em geral), determinando a sua participação em catálogos coletivos, a cobrança ou não do material fornecido, o prazo de empréstimo, o tipo de material a ser emprestado, etc.

Essa definição deverá, de preferência, estar explicada com clareza em uma política escrita, que será divulgada entre as bibliotecas interessadas.

Sendo uma atividade que envolve organizações externas, a preocupação com alguns preceitos de cortesia é essencial quando se solicita material: observância estrita dos prazos de empréstimo, conservação do material, correção nas referências bibliográficas.

As bases informais em que o empréstimo entre bibliotecas tem se desenvolvido não parecem ser, na verdade, um empecilho para o seu bom desempenho, como bem coloca Ferguson (9:3375): «Person to person contact



is by no means a small-time or unprofessional procedure. It supplements and enhances formal arrangements much as the «corridor contacts» at a convention add life to the papers and meetings».

O ponto principal é a postura do bibliotecário, que deve ser sempre a de um profissional que procura atingir eficientemente os objetivos a que se propõe a sua biblioteca.

**Discusses the evolution of the interlibrary loan practice, with emphasis on the Brazilian situation; analyzes the influence of union catalogs, policies and forms as well as the librarian's attitude and correct bibliographical citations for the efficient performance of the service. Studies the problems involving the payment and the principles of the service.**

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANGLO Soviet conference on library cooperation. *Interlending Review*, Boston Spa, 7 (2): 52-6, 1979.
2. THE BIG lenders. *Library Journal*, New York, 101 (14): 1596-7, Aug. 1976.
3. BORM, J. V. Interlending between research libraries in Belgium. *Interlending Review*, Boston Spa, 6 (3): 84-9, 1978.
4. BRODBECK, Sully. Sugestões para uma cooperação intensa entre as bibliotecas especializadas do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, 1, Recife, julho 1954. *Trabalhos apresentados...* Recife, 1954. 10 p. (datilografado).
5. CHASTINET, Yone & FONSECA, Ana Flávia F. M. da. Acesso à documentação primária agrícola no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, Curitiba, 22 a 27 de julho de 1979. *Anais do...* Curitiba, Associação de Bibliotecários do Paraná, 1979. v. 2, p. 450-63.

6. CUNHA, Lélia G. C. da. Sistemas e redes de informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, 6 (1): 35-43, 1977.
7. CUNHA, Maria Luisa M. da. Bibliotecas universitárias e alguns de seus problemas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, 1, Recife, julho 1954. **Trabalhos apresentados...** Recife, 1954. 18 p. (datilografado).
8. DURKIN, J. Interlibrary loans in a small special library. **Australian Special Libraries News**. One-day seminar on inter-library loans. Northbridge, 12 (4): S18-21, Dec. 1979. Supplement.
9. FERGUSON, E. Special librarians need not be parasites. **Library Journal**, New York, 84 (1): 3372-5, Nov. 1959.
10. FONSECA, Guiomar P. da. Empréstimo entre bibliotecas e código para as bibliotecas bio-médicas do Estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5, São Paulo, 1967. **Trabalhos apresentados...** São Paulo, 1967. 15 p. (datil.).
11. FOOTE, B. D. Interlibrary lending or document supply in the 1980's. **Australian Library Journal**, Sidney, 31 (1): 33-44, Feb. 1982.
12. GORE, D. Nothing succeeds like excess: an essay on interlibrary loan. **Library Journal**, New York, 107 (14): 1375-8, Aug. 1982.
13. GUARNIERI, Alice C. & FERRAZ, Maria Antonieta. Anteprojeto de código brasileiro de empréstimo entre bibliotecas. **FEBAB Boletim Informativo**, São Paulo, 5 (3/4): 36-8, mar./abril 1962.
14. KASER, D. Whither interlibrary loan? **College & Research Libraries**, Chicago, 33 (5): 399-402, Sept. 1972.
15. KENNEY, B. L. Network service for interlibrary loan. In: BECKER, J. ed. **Interlibrary communications and information networks**. Chicago, American Library Association, 1971. p. 121-31.
16. KENT, A. & GALVIN, T. J. ed. Library resource sharing. In: CONFERENCE ON RESOURCE SHARING IN LIBRARIES, Pittsburgh, Penn., 1976. **Proceedings of the...** New York, M. Dekker, 1977. 365 p.

17. KING, G. & JOHSON, H. F. Interlibrary loan (ILL). In: KENT, A. et alii. **Encyclopedia of library and information science**. New York, M. Dekker, 1974. v. 12, p. 196-211.
18. KOEFOED, I. Interlibrary lending in Denmark: past and present. **Scandinavian Public Library Quarterly**, Valby, 11 (3): 57-63, 1978.
19. KOREN, J. Interlibrary lending among academic and reserach libraries in Israel. **Libri**, Copenhagen, 25 (2): 98-132, July, 1975.
20. LINE, M. B. National interlending systems: existing systems and possible models. **Interlending Review**, Boston Spa, 7 (2): 42-6, 1979.
21. LINE, M. B. & VICKERS, S. Principles of national interlending systems. **Interlending Review**, Boston Spa, 6 (2): 50-3, 1978.
22. MARTINS, Myriam G. Empréstimo entre bibliotecas. **Revista do Serviço Público**, Brasília, 2 (2): 73-6, 1953.
23. MERCADANTE, Leila M. Z. & OLIVEIRA, Tereza da S. F. Catálogo coletivo e comutação bibliográfica. In: SEMINARIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 2, Brasília, 1981. **Anais do...** Brasília, CAPES, 1981. p. 272-301.
24. MIRANDA, Antonio & CARVALHO, Maria Carmem R. de. Comutação bibliográfica no Brasil. In: CONGRESSO REGIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA COMISSÃO LATINO-AMERICANA DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO, 5, Rio de Janeiro, 19 a 22 de maio, 1980. **Trabalhos apresentados...** Brasília, CAPES, 1980. 12 p. (datilografado).
25. MODEL and national interlibrary loan codes. **RQ**, Chicago, 20 (1): 25-31, Fall, 1980.
26. NOCETTI, Milton A. Comutação bibliográfica. In: MACHADO, Ubaldino D. **Estudos avançados em biblioteconomia e ciência da informação**. Brasília, Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1982. v. 1, cap. 6, p. 133-47.

27. PALMOUR, V. et alii. **A study of the characteristics, costs and magnitude of interlibrary loan in academic libraries.** Washington, Association of Research Libraries; Westport, Conn., Greenwood, 1972. 127 p.
28. PENA, Odete O. Empréstimo entre bibliotecas. **IBBD Boletim Informativo**, Rio de Janeiro, **3** (5/6): 293-303, set./dez. 1957.
29. REYNOLDS, M. M. Access to information. **Library Journal**, New York, **89** (8): 1692-4, Apr., 1964.
30. ————. Interlibrary loan: a reference service. **Library Trends**, Urbana, **12** (3): 425-36, Jan. 1964.
31. SASS, S. Must special libraries be parasites? **Special Libraries**, New York, **50** (4): 149-54, Apr. 1959.
32. SCHMIDT, J. C. & SHAFFER, K. A cooperative interlibrary loan service for the state assisted university libraries in Ohio. **College & Research Libraries**, Chicago, **32** (3): 197-204, may, 1971.
33. SCHREINER, Heloisa B. et alii. Comutação bibliográfica na UFRGS; análise das atividades em 1980. **Revista do Núcleo de Documentação**. Niteroi, **2** (1): 61-9, jan./jun. 1982.
34. SCHWEGMANN, G. A. Some speculations on the future of interlibrary loan. **Special Libraries**, New York, **55** (4): 216-20, 1964.
35. TMOMSON, S. K. **Interlibrary loan involving academic libraries.** Chicago, American Library Association, 1970, 127 p.
36. WEBSTER, D. E. **Library policies: analysis, formulation and use in academic institutions.** Washington DC. Association of Research Libraries, 1972. 40 p.